

Informações demográficas: o que se tem, o que se usa e como se usa?

Ana Amélia Camarano*

Um exercício de avaliação do Sistema de Informações Demográficas deve passar, necessariamente, pelo grau e forma como estas informações estão sendo utilizadas.

"Infelizmente as estatísticas se atrasam"

(Marx)

Introdução

Desde os anos sessenta, tem-se assistido a um crescimento significativo do número de pesquisas que levantam informações demográficas: os censos a cada ano, ampliam a quantidade de dados colhidos; a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foi implementada nos anos intercensitários desde 1967, com o objetivo de acompanhar o mercado de trabalho mas, cobre também, outras variáveis sócio-econômicas e demográficas. As Estatísticas do Registro Civil têm sido processadas e divulgadas por várias instituições: IBGE, Ministério da Saúde e Órgãos Estaduais de Estatísticas. Apesar deste cresci-

mento, a relação produtor-usuário não parece andar bem: ouve-se do usuário queixas quanto ao fato das informações disponíveis não satisfazerem as suas necessidades e, do produtor lamentações pela pouca utilização de seus dados, principalmente nos planos e programas governamentais. Ou seja, à primeira vista parece que se pode falar da existência de um descompasso entre a oferta de informações e a sua demanda.

O objetivo deste trabalho é fazer um primeiro exercício de avaliação do Sistema Nacional de Informações Demográficas no que tange a oferta de dados e a sua utilização. Parte-se do pressuposto que a concepção geral deste sistema e de seus instrumentos é bastante antiga e não se conhece

* Técnica de Planejamento e Pesquisa do IPEA

até o momento, uma avaliação integrada do mesmo (Martine et. al., 1988).

Oferta de informações

O sistema oficial de informações demográficas em vigor é composto de três peças básicas: os recenseamentos gerais, o registro dos fatos vitais (Estatísticas Vitais) e as pesquisas domiciliares, das quais a que apresenta um maior número de informações demográficas é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

Os recenseamentos modernos realizados decenalmente, desde 1940, têm por objetivo conhecer o quantitativo e a estrutura sócio-econômica da população de todo o país. As Estatísticas Vitais constituem na sistematização das informações sobre nascidos vivos, casamentos, óbitos e óbitos fetais, informados pelos Cartórios do Registro Civil. A PNAD investiga, de forma permanente os temas habitação, rendimento e mão-de-obra, educação e algumas características demográficas da população brasileira. A estrutura desta pesquisa vigente na década de 80 consistia num questionário básico permanente e um Suplemento Especial com tema variável a cada ano. Variáveis estritamente demográficas foram objeto deste suplemento em 1984 (Fecundidade) e em 1986 (Anticoncepção). Outra pesquisa domiciliar concebida nos anos 80 foi a Pesquisa Mensal de Emprego, que visa obter informações conjunturais sobre o mercado de trabalho.

Podemos considerar também, como parte integrante deste sistema, embora sejam informações derivadas, as estimativas populacionais calculadas pelo IBGE para os anos intercensais. Estas podem ser separadas em dois grupos: o primeiro, que apresenta o quantitativo da população por situação de domicílio, sexo e grupos etários, e o segundo, que se refere às estimativas da população brasileira e que servem de base

à distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

O órgão coordenador do Sistema de Informações Demográficas é o IBGE que tem sido também o principal produtor destas informações.

No quadro 1 encontra-se uma relação das variáveis demográficas básicas e suas principais fontes de dados. Dois pontos neste quadro chamam a atenção: a multiplicidade de fontes para algumas variáveis (como por exemplo: emprego, estatísticas vitais) e a existência de apenas uma fonte (Censo Demográfico), para um conjunto de outras variáveis.

As variáveis relativas a Emprego e Renda são as que à primeira vista, apresentam um número maior de fontes. Mas não as consideraremos neste trabalho por estarem sendo discutidas por Árias e colaboradores (Árias e Cordeiro, 1990).

Em segundo lugar em cobertura, colocam-se as informações de mortalidade que, como se vê, podem ser obtidas através dos Censos Demográficos, das PNAD e das Estatísticas do Registro Civil. As estatísticas de óbitos têm sido sistematizadas e divulgadas por várias fontes: o IBGE, que processa os registros de óbitos informados pelos Cartórios do Registro Civil e as publica anualmente (1). Por sua vez, o Ministério da Saúde sistematiza os atestados de óbitos cujos resultados também são publicados anualmente (2). Nas publicações do IBGE encontram-se informações sobre óbitos, informações estas cruzadas pelas seguintes variáveis: sexo, idade, local de residência do falecido, local de ocorrência do falecimento e mês de ocorrência. As informações do Ministério da Saúde introduzem uma novidade com relação às do IBGE: a classificação dos óbitos pela causa-mortis.

Além destas duas instituições federais, algumas estaduais de Estatística, como por exemplo, a Fundação SEADE de São Paulo, apresentam o seu próprio sistema de organização e divulgação dos registros dos fatos vitais.

Quadro 1
Variáveis Demográficas Básicas e Fontes de Informações Existentes

Variáveis	Fontes	Periodicidade
Crescimento, Distribuição Espacial e Composição Etária da População	Censos Demográficos Estimativas Populacionais	Decenais Anuais
Mortalidade	Informações Diretas: Estatísticas do Registro Civil processadas pelo IBGE e pelo Ministério da Saúde	Anuais
	Informações Indiretas: Censos Demográficos PNAD	Decenais Aleatória
Fecundidade	Informações Diretas: Estatísticas do Registro Civil processadas pelo IBGE	Anuais
	Informações Indiretas: Censos Demográficos PNAD	Decenais Aleatórias
Migrações	Censos Demográficos	Decenais
Família	Censos Demográficos PNAD	Decenais Aleatórias
Nupcialidade	Censos Demográficos PNAD Estatísticas do Registro Civil	Decenais Aleatórias Anuais
Emprego e Rendimento	Censos Demográficos Censos Econômicos PNAD PME RAIS	Decenais Quinquêniais Anuais Mensais Anuais

Tabela 1
Número de Óbitos Informados pelo IBGE e o Ministério da Saúde Segundo Vários Anos
Brasil
1977-1986

Anos	IBGE	Ministério da Saúde	Diferença (%)
1977	806.607	633.812	21
1978	810.052	663.631	18
1979	813.261	911.742	22
1980	826.423	750.276	9
1981	813.632	750.276	8
1982	798.518	741.614	7
1983	819.295	771.203	6
1984	852.923	809.825	5
1985	825.972	788.231	5
1986	852.529	811.557	5

FONTE: IBGE e Ministério da Saúde.

Apesar da fonte básica dessas informações ser a mesma tanto no caso do IBGE quanto do Ministério da Saúde, os resultados divulgados não apresentam entre si uma grande compatibilidade. Por exemplo, a Tabela 1 apresenta o número de óbitos divulgados anualmente pelo IBGE e pelo Ministério da Saúde no período 1977-1986. Consta-se, por ela, que o IBGE tem apresentado uma cobertura maior do que o Ministério da Saúde, mas que esta diferença tem diminuído ao longo do tempo.

Além da incompatibilidade entre as duas fontes, as estatísticas de óbitos apresentam problemas comuns às duas, mas que devem estar incidindo mais nos dados do Ministério da Saúde: uma cobertura insuficiente dos eventos, registro atrasado, registro feito em local diferente do local de ocorrência e problemas no preenchimento dos atestados de óbitos, o que afeta a classificação das causas de morte.

Em que pese, o subregistro de óbito estar diminuindo, ele ainda é significativo e tem sido diferenciado, principalmente, por sexo, idade, status sócio-econômico e áreas geográficas. Ferreira e Altman (1985) estimaram que no Brasil, no ano de 1976, o registro de óbitos cobria 86% dos óbitos ocorridos. Para o período 1979/1980, Ortiz e Yazaki (1985) estimaram esta proporção em 88% para homens e 83% para as mulheres. A nível regional o diferencial é significativo. Por exemplo, o subregistro de óbitos da população maior de cinco anos referente ao

ano de 1980 foi estimado em 8% na Região Sudeste e 58% na Região Nordeste (Ortiz e Yazaki, 1985). Para as crianças, principalmente, as menores de 1 ano, a cobertura é menor do que para a população adulta. Técnicas foram desenvolvidas não só para avaliar o grau de cobertura, mas também para corrigi-lo. Em que pese estes dados só poderem ser utilizados após sua avaliação e correção, a sua vantagem é que apenas por meio das informações provenientes do registro de óbitos é que se conhece o padrão de mortalidade por sexo, idade e causa de morte.

Os registros atrasados não constituem uma proporção significativa dos registros de óbitos: aproximadamente 2%, em 1987.

Os dados censitários e os provenientes das PNAD dizem respeito a filhos sobreviventes, orfandade materna e a óbitos ocorridos no domicílio no último ano. Os primeiros permitem uma boa mensuração dos níveis desta variável, mas não do seu padrão etário, a partir de técnicas indiretas. Nos censos, estas informações são levantadas sistematicamente desde 1940 e nas PNAD's, ela foi colhida em 1972, 1973, 1976, 1977, 1978, 1981 e 1984. A Tabela 2 apresenta uma comparação entre a esperança de vida ao nascer calculada com as informações provenientes do Registro Civil (corrigidos) e do Censo Demográfico, onde se observa uma boa compatibilização.

Tabela 2
Estimativas da Esperança de Vida ao Nascer Segundo Várias Fontes
Brasil
1975-1980

Fontes	Homens	Mulheres
Registro Civil		
- 1979/1980	59,7	65,5
- 1970/1980	55,6	59,0
Censo Demográfico de 1980	59,6	64,1

FORNE: Estatísticas do Registro Civil/Ministério da Saúde e Censo Demográfico de 1980/IBGE.

O mesmo não se pode dizer com as informações sobre os óbitos ocorridos no domicílio no último ano levantados pelo Censo Demográfico de 1980. Em que pese as estatísticas do Registro Civil estarem subestimando o número de óbitos ocorridos, os óbitos registrados e tabulados pelo IBGE, para o ano de 1980, superam em mais de 100% (826.423) a informação apresentada pelo Censo Demográfico de 1980 (409.015).

Problema semelhante ao verificado com os registros de óbitos acontece com os registros de nascimento: enumeração incompleta, registros atrasados e registros efetuados em local diferente da residência da mãe. Neste caso, a baixa cobertura é reforçada pelos registros atrasados de nascimentos. Por exemplo, do total de nascimentos registrados para o Brasil no ano de 1980 apenas 52% ocorreram no mesmo ano. Em 1986, esta proporção elevou-se para 65% (Wong e Perillo, 1986). Dentre os estados brasileiros esta proporção varia de 91% em São Paulo a 22% no Maranhão, no ano de 1983 (Wong e Perillo, 1986). Para 1977, Frias (1982) estimou um grau de cobertura dos registros de nascimentos de 91% em São Paulo e 37,5% na Região Nordeste.

A estimativas de natalidade e fecundidade também podem ser obtidas através dos dados censitários e das PNAD utilizando-se também de técnicas indiretas. Estas estimativas deixam claro que os registros de nascimento apresentam problemas maiores do que os de óbitos, exigindo maiores esforços para a sua melhoria. A Constituição de 1988 ao tornar gratuito os registros de nascimentos e a certidão de óbito deve contribuir para a redução do subregistro das estatísticas vitais.

Outro sistema de informações sobre nascimento, independente do registro dos Cartórios, está sendo implantado no Brasil: a declaração hospitalar dos nascimentos, fornecidas pelos médicos. A implantação deste sistema se iniciou em forma experimental em Mogi das Cruzes, num projeto de

pesquisa financiado pela ABEP. O êxito do mesmo incentivou o Governo do Estado de São Paulo a implantá-lo em todo Estado e recentemente o Ministério da Saúde encampou a idéia para todo o território nacional. Neste momento, este projeto está em execução em São Paulo e Alagoas.

Como a população brasileira está passando por um processo de urbanização crescente, os nascimentos tendem a ocorrer cada vez mais em hospitais. Este sistema pode se constituir numa boa alternativa para o levantamento deste tipo de informação e tem a vantagem de ser independente das informações dos Cartórios e fornecer cruzamentos com variáveis de cunho mais epidemiológico. Por exemplo, o levantamento de Mogi das Cruzes permitiu o cálculo da mortalidade neo-natal segundo peso ao nascer.

As variáveis dos outros conjuntos (crescimento, distribuição espacial, composição etária e movimentos migratórios) só podem ser mensuradas para todo o país através dos dados censitários ou seja, a cada dez anos. Nesta década, esta mensuração ficou seriamente prejudicada pela não realização do Censo Demográfico em 1990.

Várias são as lacunas que estão sendo criadas pela interrupção da série decenal dos Censos Demográficos. Além do atraso no conhecimento atual das transformações demográficas, as comparações temporais ficaram seriamente prejudicadas. Dentre elas, citam-se as comparações entre as distribuições etárias, as análises de coortes, etc. Todas as estimativas que envolvam a utilização de distribuições etárias em dois períodos de tempo, como, por exemplo, o cálculo das relações inter-censitárias de sobrevivência, estarão seriamente prejudicadas. Este adiamento afetará especialmente a mensuração dos níveis e tendências migratórias. Os saldos e as taxas líquidas de migração estimadas por métodos indiretos conterão ainda mais distorções e a proposta de se medir, por mensuração direta, os fluxos migratórios no último quinquênio da década, mediante a inclusão de um

novo quesito no questionário do Censo, será frustrada.

As estimativas populacionais, apesar de serem informações derivadas, também foram consideradas como peça integrante do Sistema de Informações. Elas se baseiam no último censo disponível e, logicamente, a distância deste aumenta a probabilidade de erro. Além da distância temporal, estas estimativas são afetadas pela sua maior ou menor base populacional e pelo fato da dinâmica demográfica dos municípios ser fortemente afetada pelos movimentos migratórios, os quais, por sua vez são muito sensíveis as transformações sócio-econômicas. A menor confiança nos resultados encontrados levou o IBGE a realizar na década passada, por solicitação das respectivas prefeituras, contagem da população em 145 municípios.

A utilização das informações demográficas

Um exercício de avaliação do Sistema de Informações Demográficas deve passar, necessariamente, pelo grau e forma como estas informações estão sendo utilizadas. Pouco se conhece no Brasil sobre o nível de utilização de informações em diversas áreas. O alto custo do levantamento de dados só se justifica na medida em que estes estão sendo intensivamente utilizados pelos planejadores, tomadores de decisões, tanto do setor público quanto do privado, pesquisadores, etc.

Num esforço rápido de dimensionar o uso das informações das três fontes básicas (Censos, PNAD, Estatística do Registro Civil), foi feito um levantamento junto ao DOCPOP e à Biblioteca do IPEA para se conhecer o número e a área temática dos trabalhos que haviam utilizado essas fontes. Embora reconheça que possa estar existindo duplicidade em parte das referências bibliográficas consultadas, espera-se que o DOCPOP constitua-se numa amostra repre-

sentativa dos trabalhos acadêmicos realizados na área de população e a Base de Informações Bibliográficas do IPEA contenha uma amostra do conjunto de trabalhos existentes na área de planejamento. Aproveitou-se, também, de uma avaliação feita em 1988 (Camarano, A.A.) junto a sócios da ABEP e a várias instituições de planejamento geral e setorial, no âmbito federal e estadual, sobre a utilização da PNAD.

Admite-se que esta avaliação seja bastante preliminar e incompleta. Existem várias outras formas de utilização destes dados por empresas privadas, publicação em jornais, usuários estrangeiros, etc, aqui não consideradas.

utilização das informações em trabalhos publicados

Dos 12.200 trabalhos existentes na base de dados do DOCPOP, 1448 (aproximadamente 12%) são baseados em uma daquelas três fontes. Proporção bem menor foi encontrada na base da Biblioteca do IPEA: 91 trabalhos, ou seja, 2,5% de uma base de 3.742 trabalhos (1). Um nível de utilização bastante maior (52%) foi encontrado num texto que avalia a produção científica da ABEP nos seus primeiros dez anos de existência (Berquó, 1988). Foram analisados 331 trabalhos, dos quais 126 utilizaram o Censo Demográfico como fonte de informações, 25 a PNAD e 21 as Estatísticas do Registro Civil.

Qualquer que seja a base de dados, os textos analisados enfocam questões metodológicas, problemas conceituais, aplicações de técnicas, qualidade de informação, níveis e mensuração de tendências de variáveis demográficas, força de trabalho, rendimento e questões relativas a crescimento, composição etária e distribuição espacial da população. Não foram considerados trabalhos nas áreas de saúde, educação e previdência. Os dados daquelas fontes são utilizados também na montagem de séries es-

Quadro 2
Temas Abordados e Fontes de Informações Utilizadas

Temas	Censos Demográficos	PNAD	Registro Civil	TOTAL
Crescimento, Composição Etária e Distribuição Espacial	214	65	56	335
Fecundidade	127	35	34	196
Mortalidade	123	35	200	358
Migrações e Urbanização	180	16	24	220
Família	44	49	07	100
Nupcialidade	28	11	70	109
Força de Trabalho	138	75	08	221
TOTAL	854	286	399	1.539

FONTE: DOCPPOP e Biblioteca do IPEA.

tatísticas, publicadas em anuários estatísticos, e na construção de indicadores sócio-econômicos, utilização esta muitas vezes inadequada.

A distribuição dos trabalhos encontrados no DOCPPOP e na Biblioteca do IPEA, classificados pela fonte utilizada e tema enfocado, mostrada no quadro 2, indica, em primeiro lugar, serem os censos a fonte de informação mais utilizada nos trabalhos demográficos. Analisando-se os temas cobertos pelos trabalhos consultados, destacam-se em primeiro lugar, os trabalhos de mortalidade e em segundo aqueles sobre características gerais da população. Nos trabalhos de mortalidade, parte preferencial de dados tem sido o Registro Civil.

Vale salientar a concentração de trabalhos sobre crescimento, composição etária e distribuição espacial da população elaborados tanto com dados censitários quanto com os das PNAD's. O uso dos dados censitários nesta linha de trabalho é esperada, pois é a única fonte existente de dados que se refere ao comportamento geral da dinâmica demográfica. No entanto, o grande número de trabalhos nesta área, que se utiliza de dados da PNAD é preocupante. Embora a PNAD publique informações, que

permitam inferências sobre crescimento e distribuição da população, estas não são baseadas em dados apurados, mas em projeções. Como os critérios e as hipóteses utilizadas nestas projeções têm variado de um ano a outro, as confrontações entre diferentes PNAD's sobre crescimento e distribuição da população produzem graves distorções. A título de exemplo, apresenta-se na Tabela 3 as taxas de crescimento da população (total e dez anos a mais) baseadas nos dados das PNAD's. As distorções são maiores quanto menor o grupo populacional estudado.

Quando os trabalhos pesquisados são distribuídos segundo as Unidades Administrativas analisadas, Tabela 4 (2), verifica-se que grande parte da diferença entre o número de trabalhos que utilizaram o Censo Demográfico de 1980 e as PNAD's da década de 80 deve-se não só ao fato dos Censos permitirem uma análise de temas mais gerais, como crescimento populacional, redistribuição da população e projeção de crescimento, mas, também, por propiciarem a análise de unidades menores. No entanto, foi constatada a existência, embora em escala menor, de textos que se baseiam nas informações das PNAD's, tratando desses

Tabela 3
Taxas de Crescimento da População Total e da População de Dez Anos e Mais
Brasil
1981-1988

Período	População Total (%)	10 Anos e Mais (%)
1981-1982	2,35	2,25
1982-1983	2,19	2,18
1983-1984	2,45	3,03
1984-1985	3,46	3,60
1985-1986	2,19	2,68
1986-1987	2,13	2,40
1987-1988	2,08	3,04

FONTE: IBGE-PNAD da década de 80.

Tabela 4
Cobertura Geográfica dos Trabalhos que Utilizam Informações das PNAD's da Década de 80 ou Censo Demográfico

Área Coberta	PNAD	Censo de 1980
Brasil: Total	40	42
Situação Domiciliar	4	4
Regiões	14	5
Estados	5	8
Regiões Metropolitanas	3	3
Municípios	-	3
Regiões: Norte	2	4
Nordeste	8	14
Sudeste	1	3
Centro-Oeste	-	2
Estados: São Paulo	13	13
Paraná	4	1
Pernambuco	3	5
Distrito Federal	-	1
Minas Gerais	3	9
Rio de Janeiro	2	2
Piauí	-	2
Rio Grande do Norte	-	2
Rio Grande do Sul	-	4
Amapá	-	1
Sergipe	-	2
Bahia	-	6
Acre	-	1
Mato Grosso	-	1
Ceará	-	2
Sem referência geográfica	10	28
TOTAL	112	155

FONTE: DOCPOP e Biblioteca do IPEA.

mesmos temas. Provavelmente, tal fato se deve ao não esclarecimento dos usuários sobre a inadequação dos dados publicados das PNAD's a este tipo de análise.

os resultados da pesquisa

Conforme mencionou-se anteriormente, foi distribuído um pequeno questionário, buscando medir a utilização das informações da PNAD, aos sócios da ABEP e a várias instituições de planejamento global e setorial, tanto a nível federal quanto estadual. Embora tenham sido enviados 650

seria de se esperar, os dados mais usados têm sido os de força de trabalho, seguido dos de fecundidade e características gerais (tendências de crescimento, distribuição espacial da população e distribuição etária). Esta constatação coincide com a obtida na consulta bibliográfica realizada.

No questionário foi pedido que as pessoas fizessem uma breve avaliação de sua experiência com os dados da PNAD. Nesta avaliação reconhece-se a importância destes dados, principalmente pela possibilidade de obtenção de informações mais atualizadas. Lamenta-se, entretanto, que este desejo de atualização esteja sendo frustrado pelo

Tabela 5
Variáveis da PNAD Utilizadas

Tipos de Informações	Frequência
Mercado de Trabalho	42
Fecundidade	25
Educação	24
Saúde	18
Previdência	15
Características Gerais da População	25
Mortalidade	3
Nutrição	4
Estrutura de Consumo	2
Cor	1
Família	5
Nupcialidade	1
Habitação	1
Domicílio	2
Estudos de Mercado	1
TOTAL	169

FONTE: Levantamento realizado pela ABEP em 1988.

questionários, apenas 74 pessoas responderam, o que dificulta sensivelmente a avaliação. Destas 74 pessoas que responderam, 88% trabalharam com este tipo de informação. Ressalta-se que estas respostas refletem uma auto-seleção a favor de quem já utilizou a PNAD. A proporção de pessoas que fazem uso freqüentemente destes dados é menor: 62%.

A Tabela 5 apresenta a distribuição de freqüência das variáveis utilizadas. Como

atraso na divulgação dos resultados. Destacou-se também ser ela uma enquete dirigida basicamente para as áreas urbanas, tanto no que se refere ao questionário quanto ao desenho amostral. Dado isto, para uma maior utilidade da mesma, solicitou-se reiteradamente que tanto a sua amostra quanto o seu questionário apresente um desenho especial para a área rural.

Outros problemas levantados estavam relacionados às flutuações da amostra

e à não-inclusão nesta de famílias com condições precárias de habitação. Além disto, salientou-se que variações conceituais e, também, modificações no plano tabular, que estão sempre ocorrendo, impossibilitam uma comparação temporal entre diferentes PNAD's, assim como com outras fontes como os Censos Demográficos. Foi constatada a ausência de uma avaliação de consistência dos dados e dos problemas de representatividade, bem como de explicitação da metodologia das PNAD's da década de 80.

Dos usuários, a maior parte (54%) provém das instituições acadêmicas e de planejamento governamental a nível federal. As instituições de planejamento estadual foram responsáveis por apenas 18% desta utilização. Este baixo uso da PNAD por parte das instituições estaduais pode sugerir a falta de conhecimento e/ou acesso a estas informações, bem como a sua não adequação às necessidades dos estados. É importante mencionar que embora o uso desses dados no âmbito dos estados seja reduzido, a amostra da PNAD passou a ser representativa a nível de Unidade da Federação para todas as variáveis, desde 1982.

Conclusões

Do que foi visto, parece que se pode falar de um desequilíbrio entre a ampliação e a expansão das fontes de informações demográficas e a sua utilização. Apesar da aparente baixa utilização dos dados levantados, os pesquisadores e planejadores estão lamentando a falta de informações adequadas para o seu trabalho.

Realmente, deve-se reconhecer que não obstante o crescimento do número de pesquisas e a velocidade com que as transformações na dinâmica demográfica vem ocorrendo (queda da fecundidade, mudança no padrão de mortalidade, urbanização), o nosso conhecimento sobre este processo está distante no tempo. Para o país como

um todo as últimas estatísticas de óbitos processadas datam de 1987, a última estimativa da esperança de vida que conhecemos é de 1985; a última taxa de fecundidade total de que dispomos é de 1986; e as nossas informações sobre os movimentos migratórios, distribuição espacial da população, referem-se às suas tendências na década de setenta. A não realização do Censo neste ano, amplia o nosso desconhecimento sobre essas transformações.

Parte dessas lacunas deriva-se da distância que estamos do último Censo, que, conforme a avaliação feita, é a fonte de informação mais utilizada pelos demógrafos. O uso das estatísticas vitais tem crescido, no que tange às informações sobre mortalidade. Embora a sua cobertura esteja se ampliando, ela continua baixa principalmente em algumas áreas do país. As estatísticas de nascimentos apresentam problemas maiores e são menos utilizadas. O uso das informações levantadas pela PNAD está concentrado na questão da força de trabalho e rendimento e nas informações sobre as características mais gerais da população. Esta utilização foi considerada inadequada.

Outra lacuna importante diz respeito a desagregação das informações. Pelo que se viu, pode-se falar de uma grande demanda, principalmente por parte das instituições governamentais, de informações desagregadas, a nível municipal. Esta demanda deve estar sendo ampliada pelo cumprimento dos novos preceitos constitucionais, principalmente, no que diz respeito à descentralização dos recursos e atribuições da União para os Estados e Municípios especialmente, no que tange a políticas sociais. Nesta linha, há que se considerar também a necessidade anual de estimativas das populações municipais para o estabelecimento das cotas de distribuição anual do Fundo de Participação dos Municípios, a composição das Câmaras Municipais, etc.

Outro problema levantado foi quanto a duplicidade de esforços existente, principalmente no que toca a sistematização dos

registros dos fatos vitais. Diante deste quadro, apresentam-se algumas sugestões para uma racionalização do Sistema de Informação Demográfica brasileiro, tendo em vista sua melhor "utilidade".

Em primeiro lugar, salienta-se a necessidade da realização de esforços para que o Censo Demográfico não deixe de ser realizado em 1991. Além disto, sugere-se a realização de uma contagem da população nos anos terminados em 5 (cinco), que permitirá um conhecimento das grandes tendências demográficas ocorridas na primeira metade da década e dará subsídios para o cálculo mais realista das estimativas populacionais no segundo quinquênio. Recomenda-se que a elaboração das estimativas seja pautada por um caráter estritamente técnico.

Quanto às PNAD, sugere-se que estas sejam avaliadas no contexto das demais

pesquisas existentes no IBGE, principalmente no que tange as informações sobre força de trabalho e rendimento para evitar duplicação de esforços. De imediato, sugere-se uma maior agilidade na divulgação dos seus resultados e um esclarecimento aos seus usuários sobre a natureza e a precisão dos dados nela encontrados.

No que toca às Estatísticas Vitais, a primeira preocupação é também com a duplicação de esforços. Convênios inter-institucionais poderiam ser feitos para um trabalho conjunto, único e padronizado de sistematização destas Estatísticas. Além disto, recomenda-se uma campanha de esclarecimento junto à população, no sentido de incentivar o registro dos fatos vitais no tempo hábil e junto aos médicos, tendo em vista a melhoria da qualidade de informação do atestado de óbitos.

NOTAS

- (1) Enquanto a base de dados do DOGPOP contém, por definição, apenas trabalhos na área de População, a do IPEA é mais abrangente; cobre toda área de planejamento econômico e social.
- (2) Neste caso, consideraram-se apenas, os trabalhos baseados no Censo Demográfico de 1980 e ou PNAD's desta década.
- (3) IBGE - Estatísticas do Registro Civil (anuais).
- (4) Brasil. Ministério da Saúde - Estatísticas de Mortalidade (anuais).

Referências bibliográficas

- ÁRIAS, Alfonso Rodrigues e CORDEIRO, Sônia H.T de Camargo - 1990. Uma discussão sobre a produção e o Uso de dados sobre o mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, 7(2), jul/dez.
- BERQUÓ, Elza (org.) - 1988. **ABEP, Primeira Década: avanços lacunas e perspectivas**, Belo Horizonte, ABEP, 128 p.
- CAMARANO, Ana Amélia - 1988. **PNAD: Notas sobre sua utilização**. Brasília, jun. CES/IPLAN/ÍPEA.
- FERREIRA, Carlos Eugênio e ALTMANN, Ana Maria - 1982. A situação dos registros dos fatos vitais no Brasil. **Informe Demográfico** 7, São Paulo, Fundação SEADE.
- FRIAS, Luis Armando et alii - 1982. Uma estimativa da cobertura do registro de nascimentos para o período 1974-1977. **Boletim Demográfico**, abr/jun, IBGE, 13(2), Rio de Janeiro.
- MARTINE, George et alii - 1988. A PNAD: notas para uma avaliação. In: SAWYER, Diana (org.). **PNAD's em Foco: anos 80**. ABEP, p.281-305, Belo Horizonte.
- MOREIRA, Morvan - 1986. Registro de óbitos no Nordeste: estimativa de cobertura, 1979-1981. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais do Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, ABEP, V.3, p.1449.
- ORTIZ, Luís Patrício e YAZAKI, Lúcia - 1985. **Tábuas de Mortalidade: Brasil e Regiões. Informe Demográfico nº15**, São Paulo, Fundação SEADE.
- WONG, Laura e PERILLO, Sônia - 1986. O comportamento do registro atrasado de nascimentos, segundo a declaração de idade dos pais. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais do Quinto Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, ABEP, V.3, p. 1503.

RESUMO – Informações Demográficas: o que se tem, o que se usa e como se usa? O trabalho faz uma breve avaliação do sistema de informações demográficas à luz das fontes existentes (Censos, PNAD e estatísticas vitais) e da sua utilização em trabalhos publicados e em uma consulta feita a usuários. Conclui-se que não obstante a ampliação das fontes de informações existentes, a sua utilização é pequena e a maioria dos pesquisadores e planejadores estão lamentando a falta de informações adequadas para o seu trabalho.

ABSTRACT – Demographic Information: what we have, what we use and how we use it? The paper evaluates the Brazilian system of demographic information and analyses the available sources (Census, PNAD, vital statistics) and their utilization in published papers. The author has also done a survey asking users about the utilization of this information. He concluded that the information is under utilized.

Recebido para publicação em 28/02/91.
Aprovado para publicação em 11/04/91.